PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
GERÊNCIA DAS COMISSÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA /CPFAEO-2025.

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte cinco, as nove horas da manhã, está sendo realizada a segunda audiência pública DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CPFAEO/2025, na Câmara Municipal de Porto Velho, situada na rua Belém, nº 139, no Bairro Embratel, nesta cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para debater a apresentação e avaliação do cumprimento das metas fiscais relativa ao 1° quadrimestre do exercício de 2025. Estão presentes o Vereador Adriano Gomes, Presidente da Comissão de Finanças, o Vereador Dr. Gilber, 2° Secretário da Comissão de Finanças, o Vereador Marcos Combate, O Vereador Dr. Santana, o Secretário da SEMFAZ, Wagner Garcia de Freitas. O Subsecretário da SEMFAZ, Luiz Henrique Gonçalves. O Secretário Sérgio Luiz Pacífico, da SEMPOG. Como também a gerente da divisão de demonstrativos e prestação de contas da SEMFAZ, Rita Ferreira Lima. A gestora de implementação PCASP, Zaira Nucini, e a coordenadora geral de contabilidade da SEMFAZ, Nadya Karolina de Melo. O Vereador Adriano Gomes, Presidente da Comissão de Finanças, declarou início à Audiência Pública e passa a palavra ao Vereador Dr. Gilber, 2° secretário da comissão de Finanças. O Vereador Dr. Gilber faz a leitura da ordem do dia. O Presidente passa a palavra ao Secretário Wagner Garcia, que informa que apresentará o relatório de cumprimento das Metas Fiscais de 2025, que compreende de janeiro à abril, e vem de encontro à Lei de Responsabilidade Fiscal que norteia a ação. Complementou que irá demonstrar como está se comportando as contas públicas do Município compreendendo as receitas e as despesas. Também diz que, sendo assim, após a apreciação e o aceite de todas as informações, será lavrada a ATA e será publicado no Portal Transparência e enviado ao TCE, TCU e a própria FPM. Diz também que toda essa normativa é

Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC FCBB1841

bom lembrar que é formatada nas Normas Gerais de Contabilidade Pública e mandadas pela Secretaria de Tesouro Nacional. Aponta que, de pronto, as receitas de Transferências Constitucionais está com o comportamento já esperado, pois, na receitas da FPM e na receita do ICMS, houve frustação no caso dos fundos de participação dos municípios, o que é proporcional ao PIB, tivemos queda nessas transferências, porque o PIB percapita de Porto-Velho subiu. O Secretário Wagner relata que houve perda na receita de ICMS da educação, por conta que no passado teve um decréscimo dos índices do IDEB e IDERO, e isso joga a receita para baixo de pelo menos 40.000.000,00 (quarenta milhões) esse ano. Ressalta também que isso está fora dos seus controles. O Secretário informa que da receita total de Porto-Velho, 60% são transferências constitucionais e 40% são de receitas próprias. Com a palavra ao Luiz Henrique. O Subsecretário Luiz informa que temos de despesas liquidadas 727.000.000,00 (setecentos e vinte e sete milhões) e uma receita de 921.000.000,00 (novecentos e vinte e um milhões) nesse 1° quadrimestre, por tanto, um superávit de 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões), mas, não quer dizer que esteja sobrando recursos, pois, já havia coisas que foram empenhadas no mês de maio. Fala, também, que de mês à mês, acompanham e demonstram dentro do Quadrimestre, alguns itens importantes. Um deles seria a despesa pessoal, o limite máximo que Poder Executivo pode aplicar em despesas pessoal é 54%, mas existe o limite prudencial que é de 51,30%. O Município está aplicando 47,12%, ou seja, está cumprindo o limite prudencial e o máximo até abril. Disse também que o total de despesa executada de pessoal nesse quadrimestre apurado nos últimos 12 meses, foi de 1.063.000.000,00 (um bilhão e sessenta e três milhões). O outro índice importante é a despesas da Educação, o limite mínimo que tem que se aplicado é de 25%, foi aplicado 20,52%, o que não traz preocupação, pois, será administrado e terá que cumprir os 25% no exercício do final do ano. Informou que dentro da educação, tem outro índice importante, que 70% da receita tem que ser gasto com pessoal da área de ensino, estamos com 50,58%. Informa também que as despesas e os limites da saúde também são de

Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC FCBB1841

suma importância, pois, os municípios devem aplicar no mínimo 15%, por tanto, na saúde nunca aplicamos menos que 23%, e nesse quadrimestre já está em 22,70%. O Subsecretário declarou que esse é o resumo do relatório e estar à disposição para os esclarecimentos. O Vereador Dr. Gilber pergunta ao secretário se a perda da receita de 2024, no mesmo período de 2025, foi de 20.000.000,00 (vinte milhões). O Secretário Wagner responde que foi de 40.000.000,00 (quarenta milhões), por conta de perda de qualidade do ICMS da educação, e refletiu do IDEB. O Vereador Dr. Gilber pergunta se houve diálogo com a Educação, se tem criado uma Política Pública, e o que tem sido feito. O Vereador Dr. Gilber complementa dizendo que sabe que o assunto não compete ao secretário, e informou que está ciente também que semanalmente o Prefeito Leo Moraes têm reunido todo o corpo técnico e dialogado sobre metas e programas. Mas gostaria de entender sobre o assunto, se havia virado pauta, se já é permitido cobrar o Secretário da Educação, para o Vereador poder contribuir. O secretário Wagner relata que havia tido um encontro com o Prefeito Leo Moraes e alguns secretários, para tratar desse assunto. Diz que não é novidade para eles que teria frustação de receitas do ICMS educação, e informa que esse ano vai trabalhar para melhorar os índices de IDEB e IDERO, para refletir ano que vem. O secretário diz que a Prefeitura não tem secretários que trabalham individualmente, a ação de cada secretário reflete no outro, inclusive na Câmara de Vereadores. Com a palavra ao Vereador Marcos combate. O Vereador Marcos Combate fala que somente 20,52% foi aplicado pela Prefeitura de Porto-Velho, sendo que, o mínimo era de 25% e, pergunta ao secretário o que está sendo feito com os 22.000.000,00 (vinte e dois milhões). O secretário responde que no 1° Quadrimestre, a secretaria ainda está empenhando, analisando orçamento e formando as equipes. Diz também que dinheiro público não se gasta na velocidade que queremos, mesmo assim, já foi alcançado 20,52% à meta mínima de 25%, o que é normal em toda gestão. O Vereador Marcos Combate toma a palavra e pergunta quantos cargos comissionados estão incluídos na despesa pessoal que atingiu 47,12%. Pergunta também, se a gestão está valorizando

Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC FCBB1841

servidores efetivos ou enchendo a máquina com apadrinhamento político. O Subsecretario Luiz complementa no assunto sobre a Educação, que os 25% terá que ser cumprido no final do exercício, e não no quadrimestre. Respondendo à pergunta do Vereador Marcos Combate, o secretário Wagner Garcia informa que, os cargos preenchidos no município são em virtude de Lei. O limite está dentro do que diz na Lei de Responsabilidade fiscal. O Vereador Marcos Combate pergunta onde estão os investimentos de Infraestrutura, Saúde, Educação e Mobilidade Urbana. O Secretário Sérgio Pacífico toma a palavra e responde que a previsão é que durante o exercício consiga elevar o nível de investimento à um patamar bem significativo. Diz também que a capacidade de investimentos é baixa, e aproveitam os recursos externos, que está com volume alto, de cerca de 200.000.000,00 (duzentos milhões) dos programas. O Subsecretário Luiz, ressalta que, já foi previsto 30,40% para a despesa da capital, se cada quadrimestre for esse percentual, será aplicado 100% do que está previsto. O secretario Wagner diz que a partir de junho começa a chegar as Emendas Parlamentares e os recursos de Brasília. O Vereador Marcos Combate fala que a máquina pública está fazendo muitas contratações, e chegará ao ponto que o Executivo não irá conseguir entregar Infraestrutura. Relatou que até hoje não compraram os uniformes das crianças. Logo após, pergunta porque o dinheiro está parado em taxa enquanto falta médicos e remédios nas unidades Básicas de Saúde. O Vereador Dr. Gilber toma a palavra e diz que as perguntas do Vereador Marcos combate são alheias à política pública e não à metas fiscais, diz que o Vereador Marcos Combate está fugindo da pauta. O vereador Marcos Combate diz que está fazendo perguntas que a população de Porto-Velho quer ouvir. Logo em seguida, volta à sua pergunta. O subsecretario Luiz responde que não estão com os 921.000.000,00 (novecentos e vinte e um milhões) disponível, e informa que as dúvidas do Vereador Marcos Combate são sobre ato de gestão, e estão aqui para trazer os dados da Execução Orçamentárias. O Vereador Marcos Combate diz que irá oficializar as perguntas por meio do documentos e ressaltou que o Prefeito Leo Moraes terá que fazer mudanças para entregar o

Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC FCBB1841

que prometeu à população. O Presidente da Comissão de Finanças, Vereador Adriano Gomes, relata que visualizou no comparativo de 2024 para 2025, o IPAM saiu de 5.000.000,00 (cinco milhões) negativos para 23.000.000,00 (vinte e três milhões) positivos. O subsecretário Luiz informa que o IPAM tem uma série de investimentos, a maior parte formadas por títulos públicos, e ações. O vereador Adriano gomes indagou sobre os recursos das Usinas, onde foi fatiado e onde está sendo investido. O Subsecretário Luiz fala que essa é uma receita corrente dos Municípios, única vinculação legal é 10%, para compor o fundo previdenciário, o restante é receita corrente. Complementou que quando uma Usina Hidrelétrica é feita, existe uma alagação, e o solo nunca mais produzirá riqueza. Então, assim, a conta prestação sai metade do recurso de 40% do estado, 40% do Município e o restante para o Ministério de Ciência e Tecnologia. O Vereador Adriano Gomes diz que gostaria que mandassem de forma detalhada essas informações, se está sendo investido na Secretaria de Agricultura e dentro do setor produtivo, que foram mais atingidos, e ficou improdutiva devida a construção das Usinas. O Subsecretario Luiz informa que a conta prestação dos recursos Hídricos, foi matéria de alocação na LOA. O vereador Dr. Gilber toma a palavra e expressa que é necessário defender o agricultor, pois, é o maior impactado. O Secretário Sérgio Pacífico diz que pode ser utilizado a fonte da Semagric, para cobrir o lixo. Com a palavra ao vereador Dr. Santana. O Vereador Dr. Santana relatou que foi aprovado na Câmara Municipal de Porto-Velho 300.000.000,00 (trezentos milhões) em empréstimo, e pergunta como estar o estado desse empréstimo. O Subsecretário Luiz informa que não foi feita operações de crédito, pois, não havia necessidade. O Vereador Santana pergunta se tem previsão do aumento da receita para realizar o Concurso de Auditor. O Subsecretário Luiz confirma e diz que está em estudo. Diz também que o Município está com o quadro abaixo do nível de Tecnológico, que necessita de pessoas com capacitação em TI avançado. O Vereador Santana relata que o IPTU continua da mesma forma, logo após, pergunta como está o andamento do anteprojeto que trata sobre isenção de IPTU. O subsecretário Luiz diz que já está

Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC FCBB1841

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
GERÊNCIA DAS COMISSÕES

trabalhando nisso, para que ano que vem não precise lançar imposto. O Vereador Santana fala que os servidores vem cobrando a reposição salarial, e pergunta se está incluso nos 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões). O subsecretário Luiz fala que não está incluso, pois a lei não foi votada ainda. Com a palavra ao O vereador Dr. Gilber. O Vereador Dr. Gilber pergunta se existe justificativa para os repasses do SUS terem caído. O secretário Sérgio Pacífico diz que os repasses do SUS tem implementos, que são os recursos que são contabilizados na mesma medida. O subsecretário Luiz toma a palavra e informa que esses implementos são repassados na saúde. O Presidente da Comissão de Finanças, Vereador Adriano Gomes indagou se ainda existia perguntas à serem feitas, e por não haver, declarou fim da Audiência Pública.

Gerência das Comissões, 28 de maio de 2025.

Vereador Adriano Gomes
Presidente/CPFAEO/2025

Vereador Dr. Gilber
2° Secretário/CPFAEO/2025

Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC FCBB1841

Assinado por **Gilber Rocha Mercês** - Vereador - Em: 12/06/2025, 11:48:03

Assinado por **Adriano Da Silva Gomes** - Vereador - Em: 12/06/2025, 10:22:44

Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC FCBB1841